



TCERO
em ação, mais cidadania

RELATÓRIO DE ATIVIDADES

**3º TRIMESTRE
2024**



COMPOSIÇÃO



TRIBUNAL DE CONTAS DO
ESTADO DE RONDÔNIA

Conselheiro-Presidente

Wilber Carlos dos Santos Coimbra

Conselheiro Vice-Presidente

Paulo Curi Neto

Conselheiro Corregedor

Edilson de Sousa Silva

Conselheiro-Presidente da 1ª Câmara

Valdivino Crispim de Souza

Conselheiro-Presidente da 2ª Câmara

Jailson Viana de Almeida

Conselheiro Ouvidor

Francisco Carvalho da Silva

Conselheiro-Presidente da Escola Superior de Contas

José Euler Potyguara Pereira de Mello

Conselheiros Substitutos

Omar Pires Dias

Francisco Júnior Ferreira da Silva

Erivan Oliveira da Silva

Procurador-Geral do Ministério Público de Contas

Miguidônio Inácio Loiola Neto

Procurador Corregedor

Érika Patrícia Saldanha de Oliveira

Procuradores do MPC

Yvonete Fontinelle de Melo

Adilson Moreira de Medeiros

Ernesto Tavares Victoria

Willian Afonso Pessoa

| | | |
|----------|---|----|
| 1 | APRESENTAÇÃO | 4 |
| 2 | GOVERNANÇA | 5 |
| | Visão Geral da Organização | 6 |
| | Cadeia de Valor | 11 |
| | Planejamento Estratégico | 12 |
| | Plano de Gestão 2024-2025 | 15 |
| | Licitações e Contratos | 16 |
| 3 | CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS | 20 |
| | Volume de Recursos Fiscalizados | 21 |
| | Multas e Responsabilizações | 27 |
| | Processos Autuados e Julgados | 28 |
| | Programas e Projetos de Tecnologia | 31 |
| | Fortalecimento dos Controles | 37 |
| 4 | INDUÇÃO PARA EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS | 41 |
| | Desenvolvimento Sustentável | 42 |
| | Saúde | 45 |
| | Educação | 48 |
| 5 | GESTÃO DE PESSOAS | 53 |
| | Força de Trabalho | 54 |
| | Ações Educacionais | 56 |
| | GESTÃO ORÇAMENTÁRIA | 58 |
| 6 | Execução LOA - 2024 | 59 |
| | Limite de Gastos com Pessoal | 63 |

APRESENTAÇÃO

Em cumprimento aos instrumentos normativos que tratam do dever de relatar as realizações deste Tribunal de Contas - artigo 49, § 4º da Constituição Estadual, combinado com o artigo 89, §§ 1º e 2º da Lei Complementar n. 154, de 1996 (Lei Orgânica), apresento a Vossas Excelências o Relatório de Atividades do 3º Trimestre do exercício 2024 deste Tribunal de Contas do Estado de Rondônia – TCERO.

Este Tribunal, no âmbito de sua jurisdição, fundado no seu papel constitucional que lhe garante os atributos da independência e autonomia, teve o zelo de detalhar as informações neste relatório, de modo a demonstrar, a essa Assembleia Legislativa, a aferição dos resultados de sua atuação, com o propósito de expressar ao cidadão, por meio desse Poder Legislativo, com plena transparência, os resultados alcançados decorrentes da aplicação dos recursos arrecadados, no trabalho incessante de cumprimento do controle externo e fomento ao aprimoramento das políticas públicas em benefício da sociedade.

Conselheiro **WILBER CARLOS DOS SANTOS COIMBRA**
Presidente





GOVERNANÇA

Governança

Visão Geral da Organização

O TCERO é formado por sete Conselheiros e três Conselheiros Substitutos. O Ministério Público de Contas - MPC, instituição fundamental ao funcionamento do TCERO, é composto por seis Procuradores de Contas.

01

Os Conselheiros do TCERO, além de comporem o Tribunal Pleno e formarem as Câmaras, ocupam de forma alternada os cargos de Presidente, Vice-Presidente, Corregedor, Ouvidor, Presidentes de Câmaras e Presidente da Escola Superior de Contas.

Dos sete Conselheiros, três são escolhidos pelo Governador, com aprovação da Assembleia Legislativa, sendo dois deles alternadamente entre Conselheiros Substitutos e membros do MPC. Os outros quatro cargos são de livre escolha da Assembleia Legislativa, observados os critérios constitucionais e legais.

02

Os Conselheiros Substitutos são nomeados pelo Governador do Estado, mediante concurso público de provas e títulos realizado pelo Tribunal de Contas, entre cidadãos que satisfaçam os mesmos requisitos exigidos para o cargo de Conselheiro do TCE.

Os Conselheiros Substitutos, além de participarem dos colegiados, substituem os Conselheiros em suas ausências e impedimentos legais ou em caso de vacância de cargo, podendo ser, ainda, convocados para completar o *quorum* no Plenário ou nas Câmaras, por seus respectivos Presidentes.

03

O Ministério Público de Contas do Estado de Rondônia, atualmente, compõe-se de um Procurador-Geral e cinco Procuradores, nomeados pelo Governador do Estado, entre brasileiros, bacharéis em Direito, aprovados em concurso público de provas e títulos.

Universo de Atuação

O Tribunal de Contas do Estado de Rondônia foi instituído em 31 de janeiro de 1983, por meio do Decreto-Lei n. 47 do Poder Executivo Estadual, competindo-lhe as funções de auditoria sobre as contas das unidades administrativas dos poderes estaduais e municipais.

O TCERO tem jurisdição privativa em todo o Estado de Rondônia, abrangendo, entre outros, toda pessoa natural ou jurídica que utilize, arrecade, guarde, gerencie bens e valores públicos; aqueles que causem perda, extravio ou outra irregularidade que resulte em dano ao erário; e responsáveis pela aplicação de recursos repassados pelo Estado e/ou municípios, mediante convênio ou instrumento congênere.

Nossa missão é de assegurar o uso eficiente, transparente e responsável dos recursos públicos, colaborando para que os resultados das políticas públicas beneficiem a sociedade.

Esse universo de atuação do TCERO compreende 431 Unidades Jurisdicionadas distribuídas nos poderes, órgãos, autarquias, empresas públicas, de economia mista e fundos.

**431 Unidades
Jurisdicionadas**
132 Estaduais
299 Municipais

48 Administração Direta
84 Administração Indireta
52 Prefeituras
52 Câmaras Municipais
**195 Autarquias, Fundos,
Fundações, Empresas Públicas**

Competências

A Constituição Federal de 1988, nos termos dos artigos 70 e 71, confere ao Poder Legislativo a competência de exercer o Controle Externo da Administração Pública, o que implica fiscalizar a boa gestão dos recursos públicos. No exercício dessa função, o Poder Legislativo atua com o auxílio do Tribunal de Contas, órgão ao qual se atribui essa função para realizá-la de maneira técnica e independente, na busca pelo bem-estar social.

De maneira ampla, a competência dos Tribunais de Contas se estende a toda governança e gestão pública. Da definição estratégica a avaliação dos resultados, o controle compreende todos os atos administrativos, de qualquer natureza, e possui amplo espectro, que vai da estrita análise da observância legal à verificação da efetividade das medidas adotadas, avaliando o controle do mérito administrativo – o que abrange, até mesmo, a racionalidade das prioridades e das despesas.

Cabe, portanto, ao Tribunal de Contas verificar o ciclo de governança e gestão, da definição das diretrizes, avaliação e monitoramento, ao planejamento, execução, controle e avaliação de resultados. É dizer, a fiscalização alcança desde uma simples verificação de conformidade do ato administrativo até a análise do alcance dos objetivos e da eficiência dos meios utilizados para o atingimento dos resultados de interesse público e social.

Governança

Estrutura Organizacional

A estrutura organizacional do Tribunal de Contas está dividida em três níveis de funcionamento: 1. Órgãos Colegiados; 2. Órgãos de Direção Superior e 3. Estrutura Executiva da Presidência.

1

Os órgãos colegiados são estruturas organizacionais com a função de apreciação e julgamento das contas e de atos e fatos da Administração Pública Estadual e Municipal.

O Tribunal Pleno, presidido pelo Presidente do Tribunal de Contas, é integrado por todos os Conselheiros e pelo Procurador-Geral do Ministério Público de Contas - MPC. As Câmaras são compostas por três Conselheiros, um Conselheiro Substituto convocado em caráter permanente e um representante do MPC indicado pelo Procurador-Geral.

2

Os órgãos de Direção Superior são estruturas que conduzem a Instituição, exercendo as funções de direcionamento, avaliação e monitoramento. Exercem essas funções o Conselho Superior de Administração (formado pelos 7 Conselheiros), a Presidência e a Vice-Presidência, a Corregedoria e a Ouvidoria.

3

A Estrutura Geral da Presidência é composta pelas secretarias e suas unidades operacionais que realizam e fornecem apoio à atividade-fim do TCERO. As grandes secretarias são:

- Secretaria-Geral da Presidência - SGP
- Secretaria-Geral de Administração - SGA
- Secretaria-Geral de Controle Externo - SGCE
- Secretaria de Planejamento e Governança - SEPLAG
- Secretaria de Processamento e Julgamento - SPI
- Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC

Governança

Estrutura Organizacional

O diagrama facilita a compreensão do organograma do TCERO, de acordo com as macrofunções de governança e gestão.

Os órgãos da parte superior exercem as funções de direcionamento, monitoramento e avaliação, enquanto na parte inferior da estrutura estão os órgãos de planejamento, execução e controle dos processos e projetos.

O nível tático exerce funções mistas, ora exercendo papel de direcionamento, ora de execução e controle.



Governança

Cadeia de Valor

A diversidade e a abrangência de atuação do TCERO têm por fim assegurar eficiência, eficácia, efetividade e economicidade na administração e aplicação dos recursos públicos; evitar desvios, perdas e desperdícios; garantir o cumprimento das normas técnicas, administrativas e legais; responsabilizar por erros e fraudes na gestão dos recursos públicos; preservar a integridade patrimonial e propiciar informações para a tomada de decisões.

Tendo esses propósitos em vista, o TCERO estruturou sua cadeia de valor, ferramenta de gestão que estabelece, visualmente, o conjunto de atividades da organização em uma relação que propõe entregar à sociedade, constituindo uma importante referência para as decisões e diretrizes gerenciais.

Cadeia de Valor - Macroprocessos TCE-RO



Fonte: Comissão Especial para atuar no mapeamento e redesenho de macroprocessos do TCERO (Portaria n. 655, de 4 de agosto de 2017).

Planejamento Estratégico

Processo de definição da estratégia

O plano estratégico é a ferramenta fundamental de orientação às ações de uma organização em direção aos seus objetivos de longo prazo. Oferece uma visão abrangente e estruturada das metas, prioridades e estratégias que a organização pretende adotar para alcançar o sucesso, capacitando-a a antecipar desafios, identificar oportunidades e adaptar-se de forma eficaz às mudanças, garantindo assim o desenvolvimento contínuo e a sua sustentabilidade.

A construção da estratégia organizacional exigiu reflexões internas sobre quem somos e para que existimos como instituição de controle externo.

Nessa autorreflexão, conclui-se que os Tribunais de Contas têm não apenas o potencial, mas também a obrigação de impactar a sociedade por meio das ações de controle. As atividades devem agregar valor, o que em termos práticos exigem que as auditorias estejam associadas ao aprimoramento da governança e à gestão dos recursos públicos, resultando em benefícios sociais relevantes, como por exemplo, a melhoria da qualidade das políticas públicas e a ampliação do acesso.

De acordo com o princípio 7 das Normas Internacionais das Entidades Fiscalizadoras Superiores (ISSAI), as Entidades de Fiscalização Superior devem "contribuir para o debate sobre as melhorias do setor público", com vistas a ser uma "fonte confiável, independente e objetiva de conhecimento e de orientação para apoiar mudanças positivas no setor público".

Passados três anos da implementação do atual planejamento estratégico, percebe-se que avanços importantes foram diretamente influenciados pela atuação do TCERO, tais como o combate à pandemia de COVID-19, a retomada das aulas presenciais e a melhoria dos indicadores de alfabetização.

Planejamento Estratégico



Ao compreender a importância de uma atuação robusta e sustentável, a Gestão de 2024-2025 liderou a atualização do Plano Estratégico que culminou na revisão dos eixos estratégicos da carta de diretrizes, visando fortalecer tanto o desenvolvimento interno quanto o externo.

No âmbito externo, destacam-se duas diretrizes fundamentais: **(i) a indução para a efetividade de políticas públicas**, especialmente nas áreas de educação, saúde e desenvolvimento regional sustentável **(ii) e o fortalecimento dos mecanismos de integridade** para contribuir com o equilíbrio financeiro das contas públicas, a regularidade dos atos e das ações desenvolvidas pela administração, a transparência e a boa governança da gestão da coisa pública, por meio do controle externo, a fim de fomentar a *accountability* e a participação popular nos negócios públicos.

Planejamento Estratégico

No âmbito interno foram delineadas três diretrizes essenciais: **(i) implementar o controle externo orientado por dados**, para gerar informações de qualidade e ampliar a efetividade institucional; **(ii) o foco em atrair e manter colaboradores engajados, saudáveis, capacitados e produtivos**, para garantir a excelência na prestação de serviços públicos; **(iii) e estruturar mecanismos de gerenciamento de riscos de processos e de conduta, visando fortalecer a integridade institucional.**

Com efeito, as mencionadas diretrizes não apenas fortalecem o controle externo, mas também contribuem para a perenidade, eficiência, eficácia, efetividade e sustentabilidade das ações do Estado de Rondônia.

O Plano Estratégico revisado do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia (TCERO) está disponível para o cidadão no endereço eletrônico ou QRCODE apresentado:

<https://tcero.tc.br/2021/09/08/plano-estrategico-2021-2028/>



**PLANO
ESTRATÉGICO**
2021-2028 REVISÃO 24 - 28



Plano de Gestão 2024-2025

No terceiro trimestre de 2024 os resultados previstos e monitorados no Plano de Gestão demonstram o comprometimento com o progresso dos projetos, metas e ações que estão vetorizados para a busca da eficiência operacional e o avanço dos objetivos institucionais, contribuindo para a excelência na Administração Pública e consequente benefício para a sociedade.

Aproximadamente 59% (cinquenta e nove por cento) do planejado já foi concluído, espelhando o permanente esforço por todos os colaboradores da organização e a precisão com o cumprimento do programado para o período em referência.

O acompanhamento minucioso e tempestivo realizado é de suma importância, com a implementação de ações corretivas, impulsionando a qualidade e efetividade das entregas, e auxiliando a tomada de decisões estratégicas da governança do Tribunal.

O Plano está hospedado na página oficial deste Tribunal de Contas e pode ser acessado por meio do seguinte endereço eletrônico:

https://tcero.tc.br/plano-de-gestao/#flipbook-df_50592/1/

Quantitativos e Percentuais

Gráfico 1 – Execução das ações do Plano de Gestão 2024-2025.



Fonte: SEPLAG.

Governança

Licitações e Contratos

Para viabilizar a adequada execução dos diversos projetos e processos bem como viabilizar a continuidade das atividades do Tribunal, foram realizadas 27 contratações no 3º trimestre de 2024, no valor total de R\$ 32.699.509,53 (trinta e dois milhões, seiscentos e noventa e nove mil, quinhentos e nove reais e cinquenta e três centavos).

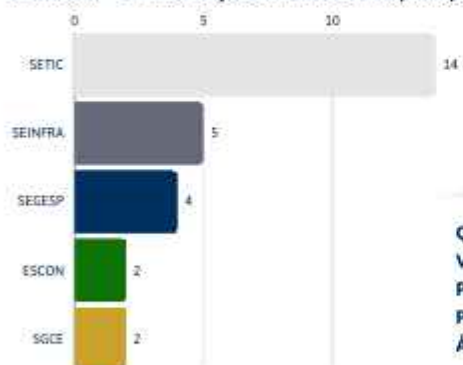
Tabela 1: Contratações distribuídas por tipos e valores.

| MODALIDADE | QUANTIDADE | VALOR ESTIMADO | VALOR CONTRATADO | ECONOMIA GERADA |
|------------------|------------|--------------------------|--------------------------|-------------------------|
| Pregões | 18 | R\$ 16.843.429,38 | R\$ 13.883.710,03 | R\$ 1.695.047,90 |
| Concorrência | 1 | R\$ 8.516.654,46 | R\$ 6.849.330,12 | R\$ 1.667.324,34 |
| Inexigibilidades | 8 | R\$ 11.966.469,38 | R\$ 11.966.469,38 | - |
| TOTAIS | 27 | R\$ 37.326.553,22 | R\$ 32.699.509,53 | R\$ 3.362.372,24 |

Fonte: SELIC/SGA.

O processo de licitação das contratações realizadas no período gerou a economia de R\$ 3.362.372,24 (três milhões, trezentos e sessenta e dois mil, trezentos e setenta e dois reais e vinte e quatro centavos). Considera-se como economia gerada, a diferença entre o valor orçado nas cotações iniciais junto aos fornecedores/prestadores de serviços, em comparação ao realmente contratado após os procedimentos licitatórios.

Gráfico 2 – Contratações distribuídas por quantidade e áreas favorecidas.



Fonte: SELIC/SGA.

Quantidade de contratações finalizadas: 27
Valores contratados: R\$ 32.699.509,53
Percentual de processos licitatórios: 71%
Percentual de contratações diretas: 29%
Área mais beneficiada: SETIC

Governança

Licitações e Contratos

Entre as contratações realizadas no período, destacam-se as de maior relevância, seja por questão estratégica (Plano Estratégico 2021-2028, revisão 24-28) ou por sua representação financeira frente ao orçamento do TCERO e ao Plano Anual de Contratação - PAC 2024.

Tabela Z: Contratações mais relevantes no trimestre.

| OBJETO E DEMANDANTE | VALOR | OBJETIVOS ESTRATÉGICOS |
|---|-------------------|---|
| Item 157 e 158 do PAC 2024 Solução Profissional de Gerenciamento de Microsserviços Red Hat OpenShift SETIC | R\$ 4.734.922,04 | Eixo B - 3) IMPLEMENTAR O CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS PARA GERAR INFORMAÇÃO DE QUALIDADE E AMPLIAR A EFETIVIDADE INSTITUCIONAL Plano de Gestão 2024/2025 Entrega: modernização da metodologias de controle das ações internas (open shift) |
| Item 132 do PAC2024 Contratação de serviços de consultoria sobre Novo Marco de Saneamento Básico para apoio ao desenvolvimento de atividades da SGCE SGCE | R\$ 802.500,00 | Eixo A - 2) FORTALECER OS MECANISMOS DE INTEGRIDADE E CONTRIBUIR PARA O EQUILÍBRIO FINANCEIRO DAS CONTAS PÚBLICAS, POR MEIO DO CONTROLE EXTERNO Plano de gestão 2024/2025 Entrega: contratação de especialista de saneamento básico. |
| Item 99 do PAC 2024 Fornecimento e implantação de Solução Integrada de Gestão de Pessoas SEGESP | R\$ 10.315.284,96 | Eixo B - 4) ATRAIR E MANTER SERVIDORES COMPROMETIDOS, QUALIFICADOS E PRODUTIVOS, EM UM AMBIENTE LABORAL SAUDÁVEL, PARA ASSEGURAR A EXCELÊNCIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS Plano de Gestão 2024/2025 Entrega: estudo técnico preliminar para aquisição/renovação do sistema integrado de gestão de pessoas |
| Item 101 do PAC 2024 Reforma do Edif. Anexo III do TCERO SEINFRA | R\$ 6.849.330,12 | Eixo B - 4) ATRAIR E MANTER SERVIDORES COMPROMETIDOS, QUALIFICADOS E PRODUTIVOS, EM UM AMBIENTE LABORAL SAUDÁVEL, PARA ASSEGURAR A EXCELÊNCIA NOS SERVIÇOS PÚBLICOS Plano de Gestão 2024/2025 Entrega: conclusão da reforma do Edif. Anexo III |

Fonte: SELIC/SGA.

Governança

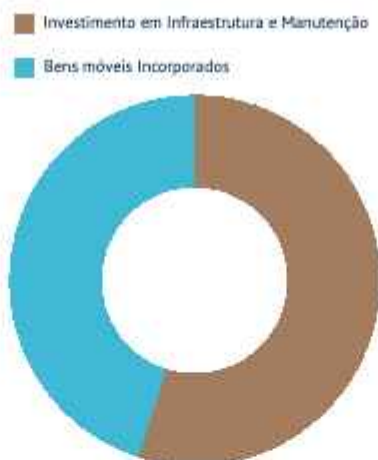
Investimento em Infraestrutura e Manutenção

No trimestre, os investimentos em infraestrutura totalizaram R\$ 813.946,81 (oitocentos e treze mil, novecentos e quarenta e seis reais e oitenta e um centavos), em razão da prestação de serviços do contrato da *Facilities* de Manutenção Predial, incluindo a manutenção preventiva e corretiva dos geradores. Ocorreu a continuidade da manutenção predial de todas as edificações do TCERO, dentre elas destacam-se a manutenção dos elevadores, sistema de climatização, controle de acesso, desmobilização do Prédio Anexo III, retirada de placas solares, manutenção de *nobreaks* e máquina de raio-x.

Foi emitida a ordem de serviço para a execução da obra de adequação e ampliação do Prédio Anexo III do TCERO, que visa adaptar o prédio para a instalação da SETIC e da Escola Superior de Contas - ESCON.

Quanto ao total de bens móveis incorporados ao patrimônio do TCERO, perfaz o montante de R\$ 668.761,33 (seiscentos e sessenta e oito mil, setecentos e sessenta e um reais e trinta e três centavos) e os bens imóveis não tiveram movimentação (incorporação ou baixa).

Gráfico 3 – Valores de investimentos em infraestrutura e bens incorporados.



Fonte: SEINFRA.

R\$ 668.761,33

Valor de Bens Incorporados ao Patrimônio.

R\$ 813.946,81

Valor de Investimentos em Infraestrutura.

Governança

Comunicação e Divulgação Institucional

Buscando dar transparência aos seus atos e gerar maior engajamento em suas ações internas externas, o TCERO promove a divulgação institucional de suas atividades em diversos meios de comunicação.

Portal do TCERO
<http://www.tce.ro.gov.br>

Portal de acesso à informação

TVs corporativas

[Intranet do TCERO](#)

Relatórios institucionais trimestrais e anuais das atividades do TCERO

Divulgação TCERO

Redes Sociais (Facebook, Instagram, Threads e LinkedIn), Plataforma YouTube e Canal WhatsApp

[Portal da Transparência](#)

[Diário Oficial Eletrônico do TCERO](#)

Releases enviados a jornais eletrônicos (capital e interior), emissoras de TV, rádios e portais jornalísticos

Ações do Plano de Gestão
2024/25

Valorização material do servidor
Controle Externo Orientado por Dados (CEOD)

Repórter TCE (TV aberta/assinatura)

Reformulação do layout do Portal do MPC-RO

Videocast - A Gente
Te Conta

Indução para efetividade de políticas públicas
Programa de Integridade

Fiscalizações realizadas; unidades de atendimento de urgência e emergência em Porto Velho e no interior do Estado, dentre outras

Divulgação de ações e eventos internos e externos (campanhas e continuidade de produtos e serviços)

Lançamento da nova Política de Comunicação e Marketing do TCERO

Lançamento do Repórter TCE na TV aberta/assinatura

Reformulação da Intranet do TCE-RO

Lançamento do TCEPlay

Retenção de Talentos

Sala de sua filha

Participação dos servidores na Olimpíada dos Tribunais de Contas - OTC

GAEPE nas eleições

Selo GPTW

Assédio Eleitoral

Cobertura e Suporte

Sessões do Pleno e das Câmaras

[Eventos de Capacitação](#)



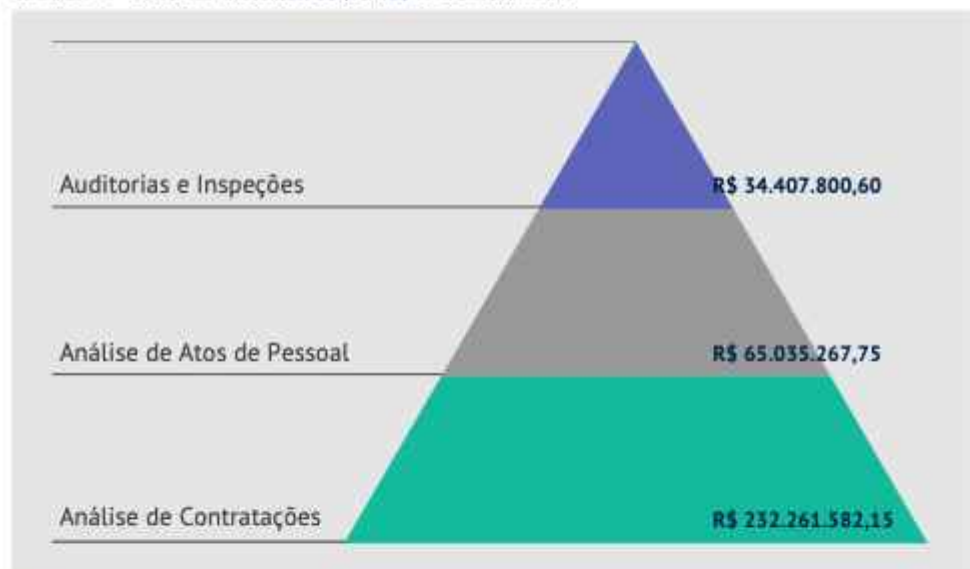
CONTROLE EXTERNO ORIENTADO POR DADOS

Controle Externo Orientado por Dados

Volume de Recursos Fiscalizados

No terceiro trimestre de 2024, foram fiscalizados **R\$ 331.704.650,50** (trezentos e trinta e um milhões, setecentos e quatro mil, seiscentos e cinquenta reais e cinquenta centavos), por meio de suas ações típicas de controle. O gráfico 4 demonstra o volume de recursos fiscalizados em cada ação de controle, detalhadas na sequência.

Gráfico 4 – Valores fiscalizados por ação de controle.



Fonte: ASTEC/SGCE.



Controle Externo Orientado por Dados

Auditorias e inspeções

A atividade de controle de maior abrangência exercida pelo Tribunal de Contas é a fiscalização dos recursos envolvidos na Administração Pública, que ocorre por meio da análise de processos em auditorias e inspeções.

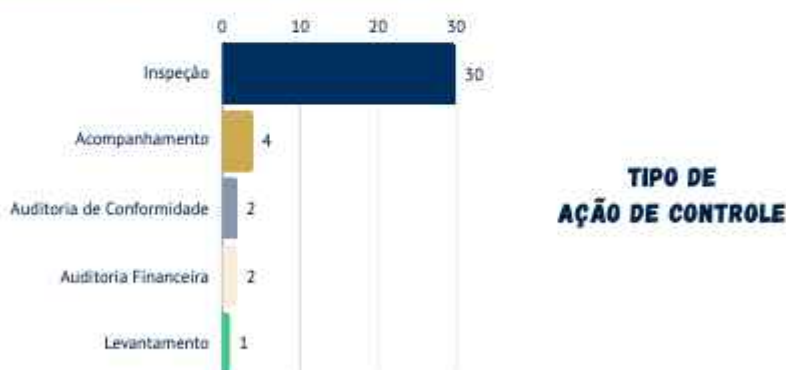
Neste terceiro trimestre foram finalizados 39 processos, totalizando **R\$ 34.407.800,60** (trinta e quatro milhões, quatrocentos e sete mil, oitocentos reais e sessenta centavos) em recursos fiscalizados somente no período em análise.

Gráfico 5 – Distribuição das auditorias e inspeções por área temática.



Fonte: ASTEC/SGCE.

Gráfico 6 – Distribuição das auditorias e inspeções por tipo.



Fonte: ASTEC/SGCE.

Controle Externo Orientado por Dados

Análise de Contratações

Durante a análise de atos de contratações, verificaram-se diversos contratos públicos, abrangendo o valor de **R\$ 232.261.582,15** (duzentos e trinta e dois milhões, duzentos e sessenta e um mil, quinhentos e oitenta e dois reais e quinze centavos). As áreas temáticas que tiveram contratos analisados foram saúde, infraestrutura e administração em sentido amplo.

O gráfico 7 demonstra os valores fiscalizados em cada área.

Gráfico 7 – Valores fiscalizados por área.



Fonte: ASTEC/SGCE.

Controle Externo Orientado por Dados

Análise de Atos de Pessoal

Quanto a análise de Atos de Pessoal, verificou-se a legalidade dos atos de admissão de pessoal e de concessão de aposentadoria, reforma, reserva remunerada e pensão, fiscalizando igualmente a legalidade as despesas efetuadas com o pagamento de pessoal, inclusive sua adequação às exigências da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Vale ressaltar que, após a entrada em vigor da Instrução Normativa n.71/2020/TCE-RO, no exame de processos relativos a atos de aposentadoria e pensão está sendo adotado o exame sumário, quando verificados os preenchimentos dos requisitos estabelecidos em portaria.

O volume de recursos apreciados nessa modalidade alcançou o montante de **R\$ 65.035.267,75** (sessenta e cinco milhões, trinta e cinco mil, duzentos e sessenta e sete reais e setenta e cinco centavos).

Outros Benefícios

Além dos benefícios gerados, a partir das atividades típicas de controle (fiscalização, análise de atos de pessoal e análise de contratos), outras ações foram desenvolvidas com o propósito de melhorar os processos de gestão e governança pública com o foco em resultados.

Na sequência serão apresentados, de forma resumida, os principais benefícios efetivos e potenciais gerados pela atuação do TCERO.

São ações adotadas para fazer frente aos problemas públicos relevantes, visando a entrega de benefícios para as políticas públicas, conforme apresentado na Tabela 3.

Controle Externo Orientado por Dados

Tabela 3: Relação das ações com entrega de benefícios.

| ÁREA | PROBLEMA | BENEFÍCIO |
|--------------|--|--|
| Saúde | <p>Disponibilização de profissionais de saúde.</p> <p>Armazenamento e fornecimento adequado de medicamentos.</p> <p>Disponibilização de exames conforme as necessidades emergenciais.</p> <p>Qualidade do atendimento prestado pelos profissionais de saúde.</p> | <p>Garantir a presença adequada de profissionais de saúde nas unidades de atendimento, assegurando que a população tenha acesso aos cuidados médicos quando necessário.</p> <p>Assegurar que os medicamentos sejam armazenados corretamente e fornecidos conforme a necessidade, prevenindo problemas de escassez e garantindo a eficácia dos tratamentos.</p> <p>Garantir que exames médicos estejam disponíveis e sejam realizados de maneira oportuna, conforme a urgência de cada caso, facilitando diagnósticos precisos e tratamentos adequados.</p> <p>Avaliar e assegurar que o atendimento prestado pelos profissionais de saúde seja de alta qualidade, proporcionando um cuidado mais eficiente e humanizado para os pacientes.</p> |

Fonte: ASTEC/SGCE.

| | | |
|---|--|---|
| Governança e Transparência Pública | <p>Serviços de Ouvidoria das prefeituras dos Municípios de Rondônia.</p> | <p>Conhecer a organização e a estrutura das áreas de Ouvidoria das prefeituras municipais.</p> <p>Propor medidas corretivas em face das possíveis deficiências identificadas.</p> <p>Subsidiar o mapeamento dos gerenciamentos de riscos para auxiliar o planejamento e execução de fiscalizações futuras.</p> <p>Melhorar a estrutura dos serviços de Ouvidoria.</p> <p>Aperfeiçoar a prestação dos serviços públicos.</p> <p>Assegurar os direitos do usuário em obediência à Lei Federal nº 13.460/2017.</p> |
|---|--|---|

Fonte: ASTEC/SGCE.

Controle Externo Orientado por Dados

Tabela 3: Relação das ações com entrega de benefícios - continuação.

| ÁREA | PROBLEMA | BENEFÍCIO |
|----------------------|---|--|
| Administração | Os repasses mensais dos duodécimos destinados ao Tribunal de Justiça, à Assembleia Legislativa, ao Tribunal de Contas, ao Ministério Público e à Defensoria Pública do Estado de Rondônia, encontram-se dentro dos percentuais estabelecidos na LDO estadual. | <p>Garantir a autonomia administrativa e financeira para os Poderes e Órgãos Autônomos.</p> <p>Aperfeiçoar a gestão de riscos e de controles internos.</p> <p>Aumentar a transparência da gestão.</p> |

Fonte: ASTEC/SGCE.

| ÁREA | PROBLEMA | BENEFÍCIO |
|-----------------------|---|---|
| Infraestrutura | Recapeamento e pavimentação em ruas e avenidas do Município de Porto Velho-RO | <p>Construir, ampliar, reformar, substituir, adequar, reparar, manter e limpar os equipamentos de microdrenagem das vias, evitando alagamentos e melhorando a segurança e qualidade das vias, especialmente das recentemente pavimentadas ou recapeadas.</p> <p>Adequar projetos e execução de obras de pavimentação e recapeamento conforme normas técnicas, garantindo maior durabilidade das vias e reduzindo custos de manutenção.</p> <p>Executar a sinalização de trânsito, passeios e locais de acessibilidade, especialmente em vias pavimentadas ou recapeadas recentemente, promovendo maior segurança para pedestres e motoristas e acessibilidade para todos.</p> <p>Melhorar o planejamento e cronograma das obras de pavimentação e recapeamento, realizando os serviços de forma coordenada e evitando transtornos para a população.</p> |

Fonte: ASTEC/SGCE.

Controle Externo Orientado por Dados

Multas e Responsabilizações

Realizadas as devidas fiscalizações e monitoramentos, o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia responsabilizou os agentes/entidades envolvidos em irregularidades administrativas na gestão dos bens e recursos públicos, aplicando débitos e multas, conforme o caso.

No 3º trimestre, por meio de 108* medidas de cobrança, foram quitados mais de R\$ 410 mil reais, além de aproximadamente R\$ 317 mil reais em parcelamento.

Cabe evidenciar que o débito imputado e a multa cominada deverão ser recolhidos em favor da pessoa jurídica de direito público contra a qual se praticou a irregularidade. Somente as multas cominadas por irregularidades praticadas contra a Administração Direta e entidades da Administração Indireta do Estado serão recolhidas em favor do Fundo de Desenvolvimento Institucional do Tribunal de Contas do Estado (FDI/TC).

Gráfico 8 – Quantidade de medidas de cobranças com valores quitados e parcelados.

Quitações e Parcelamentos



Nota (*): Nas medidas de cobranças, além das quitações (61) e parcelamentos (46) inclui-se também "Informação de pagamento" (1), R\$ 2.430,00.

Fonte: SPJ.

Controle Externo Orientado por Dados

Processos Autuados e Julgados

Ao longo dos anos o TCERO busca eficiência e celeridade no julgamento de seus processos e redução dos estoques.

Neste trimestre foram autuados 1.101 processos e julgados 1.431, conforme demonstra a figura a seguir.



1.101

Processos Autuados

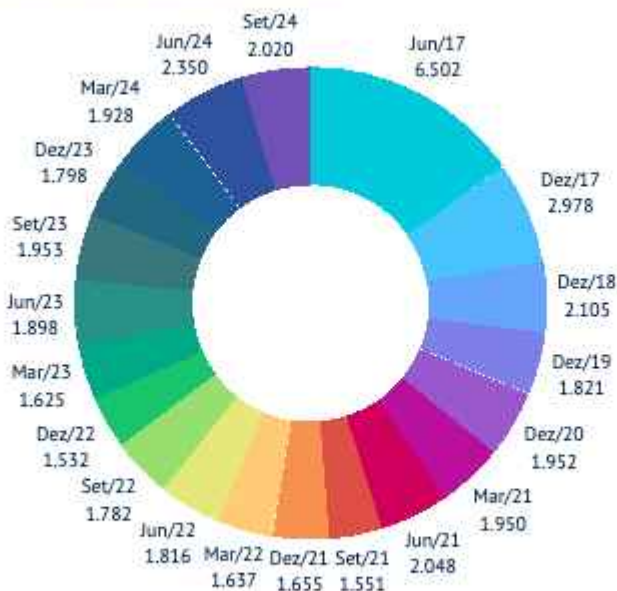


1.431

Processos Julgados

Análise Histórica do Estoque de Processos

Gráfico 9 – Quantidade de processos por período.



Fonte: SETIC.

Controle Externo Orientado por Dados

Deliberações

As decisões são proferidas monocraticamente pelos Conselheiros ou de forma colegiada pelo Conselho Superior de Administração - CSA, Tribunal Pleno ou ainda pelas Câmaras. Abaixo seguem os números das decisões colegiadas.

Ao todo foram 642 deliberações de maneira colegiada, a figura a seguir demonstra os números por tipo de deliberação.



625 Acórdãos



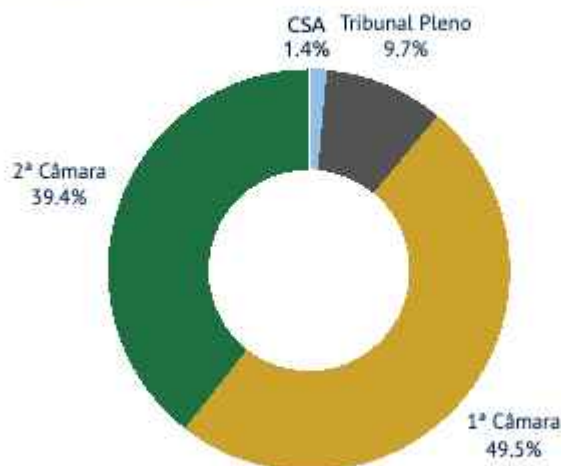
13 Pareceres Prévios



4 Resoluções

Dessas deliberações colegiadas cerca de 49.5% foram proferidas pela 1ª Câmara, 39.4% pela 2ª Câmara, 9.7% pelo Tribunal Pleno e 1.4% pelo Conselho Superior de Administração. O gráfico seguinte demonstra essa distribuição.

Gráfico 10 – Percentuais de decisões no trimestre.



Fonte: SPJ.

Controle Externo Orientado por Dados

Deliberações

Além das decisões colegiadas, já destacadas, também são proferidas decisões monocraticamente pelos Conselheiros.



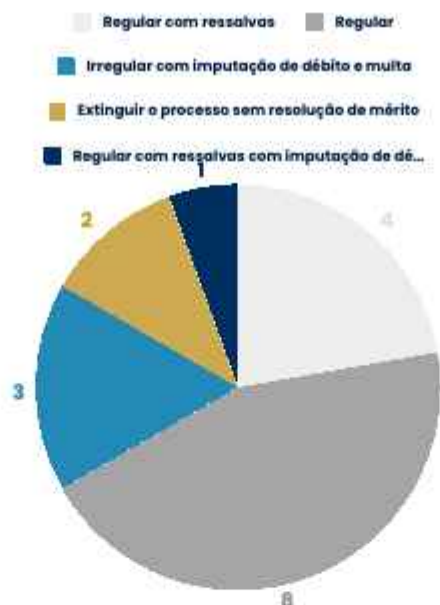
6 Decisões Monocráticas que preveniram despesas potencialmente irregulares.



R\$ 289.887.081,26 Montante dos valores examinados por meio de Decisões Monocráticas.

O Tribunal de Contas, como atividade precípua, monitora, aprecia e julga as contas públicas, com vistas a avaliar se os recursos foram aplicados corretamente. No trimestre, o TCERO julgou 18 processos de prestação de contas de forma definitiva, conforme o apresentado no gráfico abaixo:

Gráfico 11 – Quantidade de prestação de contas e tomadas de contas julgadas no trimestre.



Fonte: SPJ.

Ainda no período, o TCERO apreciou 9 processos de prestação de contas e 2 tomada de contas especial, tendo sido proferidos 9 pareceres prévios favoráveis e 2 pareceres prévios contrários.

Controle Externo Orientado por Dados

Programas e Projetos de Tecnologia

O Sistema Integrado de Gestão e Auditoria Pública - SIGAP do Tribunal de Contas do Estado de Rondônia possui tecnologia própria e constitui uma importante ferramenta para fiscalização, controle e recebimento dos dados e informações relativos às operações administrativas, orçamentárias, financeiras, patrimoniais e fiscais dos órgãos jurisdicionados ao TCERO.

Esse sistema coleta informações necessárias ao exercício do controle externo, a fim de subsidiar a análise das contas anuais dos órgãos jurisdicionados ao TCERO e serve como instrumento de planejamento para a realização de auditorias e inspeções, além de contribuir, é um eficiente mecanismo auxiliar na instrumentalização do exercício do controle social.

Esta nova plataforma passou por vários ajustes, atualizações e redefinições que permitem uma visualização mais amigável e simples ao usuário.

Outras plataformas de uso do Tribunal estão sendo atualizadas/criadas para permitir uma melhora na qualidade de vida do cidadão, por meio do Controle Externo qualificado.



| | | | |
|------------------------------|------------------------------|--------------------------------|---------------------------------------|
| UNIAO CONTÁBIL | UNIAO MUNICIPIOS FISCAIS | UNIAO PRODUÇÃO DE RECEITAS | UNIAO DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS |
| iege | iegm | UNIAO CORPORATIVO | UNIAO EDUCAÇÃO E CULTURA |
| UNIAO ESTADO DE COMERCIO | UNIAO EMPRESAS | UNIAO EMPRESAS | UNIAO FISCAL |

Controle Externo Orientado por Dados

Programas e Projetos de Tecnologia

Durante o trimestre esforços foram empreendidos para a concretização de diversos “projetos”, entre os principais, cita-se:

Tabela 4: Relação dos projetos de TI.

| PROJETO | DESCRIÇÃO | ENTREGAS | RESULTADOS |
|--|---|---|--|
| Ambiente integrado. | Sistema desenvolvido para a disponibilização dos dados na perspectiva do auditor, do jurisdicionado e da sociedade. | Disponibilizado os dados de obras via SSAS. Criação de medidas para a formatação de um gráfico Sankey Chart para a demonstração do destino dos recursos públicos. Criada a modelagem dos dados de Execução Orçamentária (Receitas, Despesas) para 2024. Realizado ajuste na Modelagem e Processo de ETL para a inclusão dos dados de Receitas de 2024. Criação de dashboards para conferência. | Aumento da eficiência operacional através da automatização de tarefas. Aprimoramento de serviços, inovação e modernização. Melhoria na análise da prestação de contas. |
| Sis-TCE | Plataforma de recepção e gerenciamento das Tomadas de Contas Especiais - TCE. | Criada a funcionalidade de distribuição para auditor/analista para Análise de Admissibilidade. Realizar Análise de Admissibilidade. Realizar correção da Análise Admissibilidade após devolução do supervisor. Registrar as informações de atuação do processo no Processo de Contas Eletrônico - PC-e. Realizar supervisão da análise de Admissibilidade. Devolução do TCERO para a Unidade Instauradora-Origem (CI). Encaminhamento automático para a correção. | Agilizar o processo de julgamento das TCEs. Diminuir o tempo de processamento das TCEs. Padronizar as análises técnicas. Implementar modelos de documentos integrantes da TCE. Gerar informações estratégicas. Liberar auditores dos trabalhos manuais. |
| SIGAP - Revisão do Layout Contábil/Financeiro. | Sistema Integrado de Gestão e Auditoria Pública. | Implementação de demonstrativos contábeis. | Conformidade com diretrizes e normas. Maior consistência dos dados. Melhoria na análise da prestação de contas. Qualidade no processamento de informações. |

Fonte: SETIC.

Controle Externo Orientado por Dados

Programas e Projetos de Tecnologia

Tabela 4: Relação dos projetos de TI - continuação.

| PROJETO | DESCRIÇÃO | ENTREGAS | RESULTADOS |
|-------------------|---|--|---|
| Agenda de Contas. | Sistemas de centralização de informações para consulta por cidadãos ou gestores. | Criação de protótipos. Opção de visualização de comunicação processual direcionada ao CPF. Visualização de status de comunicações permitindo verificar se foram lidas/não lidas. | Facilidade de acesso às informações de forma centralizada e com direcionamentos mais claros aos gestores e cidadãos. |
| PC-e Consultas. | Sistema de consulta completa de processos oriundos do PC-e. | Criação da estrutura do novo PC-e. Realização de busca por processo. Criação de menu, cabeçalho e rodapé padrão. | Aumento da eficiência e produtividade. Facilitação do trabalho jurídico. Transparência e acesso à informação. |
| Comunic. | Sistema de Comunicação Processual. | Inclusão do tipo de comunicação (Mandados). Implementação de acompanhamento das comunicações. Implementação de fluxo de resposta das comunicações. | Encaminhamento de intimações para os interessados dos processos. Aprimoramento do controle das comunicações criadas. Automatização de envio de ofício circular. |
| Radar. | Sistema que possibilita a análise de dados enviados ao TCERO de forma ágil e intuitiva. | Implementação de consulta do Balanete de Verificação. Implementação da tela de detalhamento da LDO e da LOA. Remoção das unidades subordinadas e inclusão do filtro Unidade Gestora dentro da Consulta de Remessas. Implementação do relatório de remessas mensais e exportação para PDF na consulta de remessas. Correção do comportamento da lista de Unidades Gestoras ao navegar entre as consultas. Alteração na forma de exibição da ficha de medição do detalhamento de obras. Exportação do resultado da Consulta de Pessoal Ativo e da Consulta LOA para PDF. Exportação do resultado da Consulta de Unidades Gestoras para Excel. | Otimização de recursos. Aumento da eficiência e produtividade. Inovação e modernização. |

Fonte: SETIC.

Controle Externo Orientado por Dados

Programas e Projetos de Tecnologia

Tabela 4: Relação dos projetos de TI - continuação.

| PROJETO | DESCRIÇÃO | ENTREGAS | RESULTADOS |
|----------------------|---|---|--|
| Radar (continuação). | Sistema que possibilita a análise de dados enviados ao TCERO de forma ágil e intuitiva (continuação). | <p>Alteração da Consulta de Empenho, Balançete de Receitas e Balançete de Despesas para exibição das informações de remessas do layout 2024.</p> <p>Implementação das consultas: PPA, LDO e LOA.</p> <p>Implementação da tela Detalhamento do PPA.</p> <p>Melhoria nos elementos gráficos dos relatórios PDF do sistema.</p> <p>Implementação da Consulta de Pessoal Ativo e tela de Detalhamento do Servidor.</p> <p>Conclusão das telas de Detalhamento de Contratos e de Obras.</p> <p>Ampliada área de "clique" nas funcionalidades do sistema, melhorando a usabilidade.</p> <p>Exportação do resultado da Consulta de Vínculos, Consulta de Contratos e Consulta de Obras para PDF.</p> <p>Implementação do modal "Mais Filtros na Consulta de Pessoal Ativo".</p> <p>Exportação do resultado da Consulta de Vínculos, Consulta de Obras e Consulta de Contratos para Excel.</p> <p>Incremento de informações nas telas de Detalhamento de Contratos e de Obras.</p> <p>Inclusão de colunas para ampliação da Consulta de Obras e Consulta de Vínculos.</p> <p>Ampliação do intervalo do período a ser consultado na Consulta de Empenho.</p> <p>Implementação do Card Demonstrativos Contábeis ao selecionar um Ente ou Unidade na página principal.</p> | <p>Otimização de recursos.</p> <p>Aumento da eficiência e produtividade.</p> <p>Inovação e modernização (continuação).</p> |

Fonte: SETIC.

Controle Externo Orientado por Dados

Programas e Projetos de Tecnologia

Tabela 4: Relação dos projetos de TI - continuação.

| PROJETO | DESCRIÇÃO | ENTREGAS | RESULTADOS |
|--|---|---|--|
| Gestão das deliberações e quantificação de benefícios. | Aplicação de <i>Business Intelligence (BI)</i> para análise e visualização de dados com o objetivo de possibilitar a gestão estratégica dos dados do SPI-e. | <ul style="list-style-type: none">• Implementações no Módulo Determinações: Disponibilização de <i>Corf</i> com quantidade de Determinações; Gráfico de Determinações por Ano; Gráfico de Determinações por Situação; Gráfico de Determinações por Decisão; Relação das Determinações; Evolução das Determinações Cumpridas; Implementação de filtros: Data Trânsito Julgado, Entidade e Relator.• Implementações no Módulo Recomendações: Disponibilização de <i>Corf</i> com quantidade de Recomendações; Gráfico de Recomendações por Ano; Gráfico de Recomendações por Item de Acórdão; Relação das Recomendações; Implementação de filtros: Data Decisão, Entidade e Relator.• Implementações no Módulo Irregularidades: Disponibilização de <i>Corf</i> com quantidade de Irregularidades; Gráfico de Grupo de Irregularidades por Objetos de Controle; Gráfico do Detalhamento por Objeto de Controle; Gráfico dos Resultados por Decisão; Relação das Irregularidades; Implementação de filtros: Data trânsito Julgado, Entidade, Objeto de Controle e Tema.• Implementações no Módulo Imputações: Disponibilização de <i>Corf</i> com as quantidades por: Total de Imputações, Processo, Valor Originário, Débitos e Multas; Gráfico de Imputações por Situação; Gráfico de Imputações por Tipo; Gráfico de Imputações por Jurisdicionado; Gráfico de Imputações por Entidade Credora; Relação de Imputações por CPF e CNPJ e respectivos gráficos; Evolução das Imputações no tempo, Valor Originário X Situação; Evolução das Imputações no tempo, Número de Imputações X Situação. | <p>Centralização de informações das Determinações/Recomendações, imputações e Irregularidades.</p> <p>Possibilidade de realização de análises preditivas.</p> <p>Automatização de relatórios.</p> <p>Monitoramento da evolução das informações.</p> <p>Melhoria na tomada de decisões.</p> <p>Identificação de áreas críticas, com maiores riscos ou desafios a serem priorizados.</p> <p>Possibilidade de acompanhamento de indicadores de <i>performance</i>.</p> <p>Facilidade de integração com dados organizacionais, promovendo uma visão holística das operações e seus impactos.</p> |

Fonte: SETIC.

Controle Externo Orientado por Dados

Modelo de Governança de TIC

A estrutura de governança adotada pela SETIC em 4 coordenadorias permite uma gestão integrada e eficiente das atividades de Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC do TCERO, alinhando-as com os objetivos institucionais e fomentando um ambiente de constante aprimoramento e inovação.

Possibilita o acompanhamento próximo das atividades de todas as unidades da SETIC, apoiada por reuniões periódicas, análise de relatórios e indicadores.

O foco na coordenação eficiente de projetos e serviços de tecnologia, juntamente com o alinhamento estratégico da unidade tem sido fundamental para alcançar eficiência operacional e melhorar a satisfação dos demandantes.

COORDENADORIA

INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Cuida da gestão e manutenção dos recursos de hardware e redes, assegurando a disponibilidade e o desempenho adequado dos serviços de infraestrutura de TI.

COORDENADORIA

SEGURANÇA CIBERNÉTICA

Concentra-se na gestão da segurança cibernética dentro do TCERO, realizando ações para proteger os ativos tecnológicos.

COORDENADORIA

SISTEMAS DA INFORMAÇÃO

Responsável pela disponibilização de sistemas e aplicações para suporte das atividades fins e meio do TCERO, incluindo as ferramentas utilizadas pelos usuários externos e sociedade.

COORDENADORIA

GOVERNANÇA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Responsável pelo acompanhamento dos projetos, planejamento de ações e monitoramento das metas setoriais.

Investimentos em TI

Investir em TI é essencial para garantir que a organização mantenha sua modernização e rendimento operacional. A destinação de recursos financeiros apropriados permite a manutenção contínua e a atualização do parque tecnológico, assegurando que os equipamentos e sistemas estejam em conformidade com os mais recentes padrões de segurança e inovação. Esse fato não só melhora a *performance* e a confiabilidade dos serviços prestados, reduzindo riscos de falhas e vulnerabilidades, mas também contribui para a continuidade dos negócios e para a realização do que se espera.

Além disso, são fundamentais para sustentar serviços críticos que dependem de tecnologia para operar de forma eficiente e impactam diretamente na capacidade da instituição de realizar suas funções com precisão e eficiência.

Tudo isso é determinante para cumprir as diretrizes estabelecidas no Plano de Gestão 2024/2025 do TCERO, garantindo o alcance de objetivos, como fortalecer mecanismos de integridade. Os investimentos não são apenas para sustentar operações diárias, mas também para a preparação dos desafios futuros e adaptar-se às mudanças tecnológicas, assegurando a excelência na execução de suas atividades, tanto finalísticas quanto operacionais.

Controle Externo Orientado por Dados

Contratações de TI

Solução de *Web Application and API Protection (WAAP)*

Renovação de licenças de
Software JIRA

1º Aditivo Solução de proteção
de dados *Veritas NetBackup*
(licenças, softwares e
hardwares)

Palo Alto "NGFW" (*Next
Generation Firewall*)

Fortalecimento dos Controles

Ouvidoria

O papel da Ouvidoria é fomentar o controle social e nesse sentido, a Ouvidoria do TCERO, com base na Lei n. 12.527, de 2011, integra o cidadão à Administração Pública, recebendo pedidos de informação ou comunicados de irregularidades referentes à gestão de recursos públicos por meio do Sistema de Informação ao Cidadão e Ouvidoria (SICOUV).

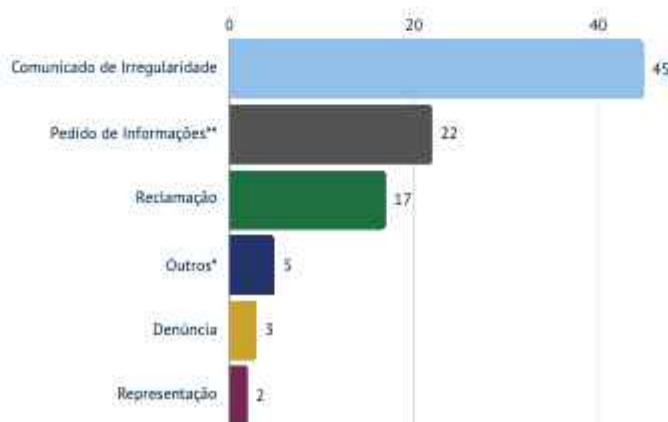


Controle Externo Orientado por Dados

Fortalecimento dos Controles

Gráfico 12 – Quantidade de manifestações recebidas.

Das 94 demandas 91,84% foram atendidas no trimestre



Fonte: SICOUV.

Notas (*): Manifestações sobre matérias que não são da competência do TCERO ou assuntos que ensejam mero procedimento.
(**): Manifestações não fundamentadas na Lei n. 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Cumpra esclarecer que, **no âmbito da Ouvidoria, há dois tipos de Pedidos de Informações:**

O primeiro se refere aos pedidos de informações que compreendem as demandas, sem limitação de temática, que não têm a necessidade de fundamentação legal específica para seu requerimento, com o prazo para a finalização de atendimento em até 30 dias.

O segundo são os pedidos de informações que compreendem as Solicitações de Acesso de Informações fundamentadas na Lei n. 12.527, de 2011, produzidas ou custodiadas pelo órgão, relacionadas com o seu funcionamento.

Controle Externo Orientado por Dados

Fortalecimento dos Controles

Para a consecução de seu propósito, a Ouvidoria disponibiliza à sociedade os seguintes canais de acesso:

Site tzero.tc.br;

Portal da Ouvidoria;

<http://ouvidoria.tce.ro.gov.br> (SICOUV - Sistema de Informação ao Cidadão e Ouvidoria);

E-mail (ouvidoria@tce.ro.gov.br);

Aplicativo "Opine aí";

Telefones - (69) 3609-6260/0800 645 8750 (*WhatsApp*) e 3609-6261/6262/6263;

Carta (via correios) e

Atendimento presencial.

Na tabela a seguir, estão detalhados os pedidos de informações fundamentados na Lei de Acesso à Informação (Lei n. 12.527, de 2011) recebidos no período, por meio do Serviço de Informações ao Cidadão – SIC, via Sistema de Acesso à Informação (*site* TCERO) e por *e-mail* (i.sic@tce.ro.gov.br):

Tabela 5: Solicitações recebidas, atendidas, indeferidas e em atendimento.

| Unidade responsável pela resposta | Recebidas | Atendidas | Indeferidas | Em atendimento |
|-----------------------------------|-----------|-----------|-------------|----------------|
| GOUV* 25% (1) | | | | |
| OUTROS 75% (3) | 4 | 4 | 0 | 0 |
| SETORES | | | | |

Fonte: SICOUV.

Nota: GOUV* - Gabinete da Ouvidoria.



Controle Externo Orientado por Dados

Fortalecimento dos Controles

Sistema de integridade

IMPLEMENTAÇÃO DO SISTEMA DE INTEGRIDADE E GESTÃO DE RISCOS DO TCERO
Ação Educacional

A proposta educacional tem como objetivo fortalecer o sistema de integridade por meio da disseminação e internalização dos procedimentos e rotinas a ser incorporados por força dos novos normativos. Para tanto, o evento ainda em curso no exercício, visa contribuir por meio de mentoria uma abordagem prática que permita o nivelamento teórico e a solução de dúvidas decorrentes das novidades por força da implementação do sistema de integridade nos respectivos processos de trabalho (Sistema Eletrônico de Informações - SEI n. 2947/2024).

| | |
|----------------|---|
| Evento: | Encontros de Aprendizado. |
| Carga horária: | 2 horas para cada encontro. |
| Período: | 12/08/2024 (Relatório de Execução – Eixo 1. 26/08/2024 (Relatório de Execução – Eixo 1. 17/09/2024 (Relatório de Execução – Eixo 2. |

Correição Anual - Exercício 2024

COMISSÃO RESPONSÁVEL - Deu continuidade às atividades correcionais propostas no Plano Anual de Correções 2024, aprovado pelo Acórdão ACSA-TC 00010/24 (PC-e n. 723/24/SEI n. 2793/2024).

PLANO DE TRABALHO DE CORREIÇÃO - Após a obtenção das informações da Escola Superior de Contas - ESCON, foi dada a continuidade à execução do plano por meio de reuniões realizadas com as unidades envolvidas, visando fortalecer a equipe com informações necessárias para a formação de convicção acerca da efetividade das ações educacionais propostas para o público interno, o que reflete diretamente na atuação qualificada dos servidores e colaboradores do TCERO e, por conseguinte, nos serviços prestados à sociedade.

Recadastramento de Dados no Sistema Agenda de Contas

CUMPRIMENTO DO PLANO DE GESTÃO 2024/2025 - O TCERO, em cumprimento ao Plano de Gestão 2024/2025, desenvolveu a ferramenta tecnológica "Agenda de Contas", com o objetivo de aprimorar o controle das deliberações, facilitando o acompanhamento pelos jurisdicionados e usuários cadastrados no Portal do Cidadão.

ENTREGA DA FERRAMENTA - O sistema foi entregue em 29/06/2024, visando proporcionar maior transparência, organização e efetividade das decisões do TCERO, com a exibição de comunicações processuais eletrônicas permitindo uma visualização organizada dos compromissos decorrentes das decisões nos processos de controle externo.

IDENTIFICAÇÃO DE AJUSTES - Foram encontradas inconsistências nos cadastros de dados no sistema SPJ-e, tendo o potencial para prejudicar a fidedignidade das informações ofertadas na ferramenta, podendo comprometer a finalidade pública pretendida - a transparência da atuação do TCERO e a eficácia de suas decisões, facilitando o cumprimento das obrigações pelos jurisdicionados.

APRIMORAMENTO DA FERRAMENTA - O correto cadastramento das informações é indispensável para o alcance do propósito desta ferramenta, assim houve a determinação para que os gabinetes dos conselheiros e conselheiros substitutos procedessem à revisão, no prazo de até vinte dias, de todos os cadastramentos referentes às "determinações" efetuadas entre julho de 2023 e a presente data. Diante disso, foram instaurados os autos SEI n. 7710/2024, com a finalidade de proceder a correição extraordinária para o monitoramento das informações cadastradas no sistema SPJ-e, de onde se extrai as informações objeto dos registros na "Agenda de Contas", a fim de assegurar a conformidade e a qualidade desses dados.



INDUÇÃO PARA EFETIVIDADE DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

Resultados Qualitativos

A atuação do TCERO, muito além de gerar benefícios financeiros à Sociedade - prevenindo o uso indevido dos recursos, ou mesmo, garantindo a reparação dos cofres públicos -, também gera resultados qualitativos importantes na gestão e na governança pública para solucionar problemas públicos relevantes.

A indução para a efetividade das Políticas Públicas se traduz na expressão do compromisso institucional em contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, humana, desenvolvida e sustentável. Nesse sentido, no trimestre destacam-se os aspectos na sequência elencados.

DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Ações importantes praticadas no eixo estratégico de desenvolvimento regional sustentável: i) celebração de acordos de cooperação técnica - ACT com órgãos e poderes da Administração Pública Federal e Estadual; ii) recepção, tratamento e análise de dados públicos; iii) criação de painéis gerenciais com informações para subsidiar as estratégias institucionais; e iv) o planejamento das ações orientadas a avaliação das políticas de desenvolvimento regional.

EIXO Ambiental

No trimestre permaneceram os diálogos com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, Empresa Estadual de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Rondônia - EMATER e o Instituto Federal de Rondônia IFRO-RO, inclusive acerca dos procedimentos de revisão das minutas dos respectivos acordos de cooperação técnica - ACTs.

Instituições com ACTs em fase de renovação:

Secretaria de Estado de Finanças de Rondônia - SEFIN.

Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico de Rondônia - SEDEC.

Instituições com ACTs renovados:

Fundação Rondônia de Amparo ao Desenvolvimento das Ações Científicas e Tecnológicas e à Pesquisa do Estado de Rondônia - FAPERÓ.

Instituição com ACT em fase de publicação:

Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente da Amazônia - RIOTERRA.

Instituição com ACT formalizado:

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária INCRA-RO.

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

Integram a estratégia de atuação do TCERO, ações de obtenção, tratamento e análise de dados.



Para subsidiar as decisões institucionais e as avaliações das políticas públicas são produzidos painéis com informações relevantes. Está sendo produzido um painel de políticas integradas (temas ambientais, econômicos e sociais), utilizando-se como unidade de planejamento as bacias hidrográficas em situação de insegurança hídrica.

A proposta é orientar, avaliar e monitorar políticas públicas de maneira integrada em busca de soluções sustentáveis para as regiões mais críticas.

No período teve início o projeto de criação de indicadores ambientais que serão considerados para a avaliação da qualidade das políticas ambientais nas contas de governo municipais e estadual.

Indicadores como governança ambiental, desmatamento, queimadas, regularização ambiental, regularização fundiária e uso e ocupação do solo comporão um grande painel que permitirá identificar quais municípios estão investindo e tendo sucesso na gestão ambiental. Essas informações serão consideradas nas contas de 2024 a serem analisadas em 2025 pelo Tribunal de Contas e os dados já foram obtidos e tratados. A elaboração do painel foi iniciada e a previsão de entrega da primeira versão está prevista para novembro.

Rondônia tem sofrido nos últimos meses com a grande quantidade de queimadas, ocasionando inúmeros problemas de ordem social e econômica. Diante desse cenário, foram realizadas avaliações sobre as informações das queimadas e em setembro começaram as mobilizações e articulações com os atores do governo responsáveis pelas políticas de prevenção e combate as queimadas. Ocorreram inúmeras reuniões estratégicas para a discussão do cenário e de medidas eficazes para a solução do problema. Em parceria com a SGCE, foi movida representação julgada, em sede de cautelar, para que o estado adote medidas emergenciais e de longo prazo. A partir disso, o Estado tem aplicado ações para aquisição de equipamento e contratação de brigadistas.

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

Regularização Fundiária

Avanços significativos

O terceiro trimestre de 2024 foi marcado por avanços significativos na área da regularização fundiária no Estado de Rondônia. Nesse ínterim foi elaborado o mosaico fundiário com informações sobre a situação fundiária em todo o território do Estado, agregando as bases de dados do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA, Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR, além das atividades em destaque a seguir.

As ações desenvolvidas pelo TCERO demonstram o compromisso da instituição com a promoção da justiça social, o desenvolvimento urbano e a proteção ambiental.

Parceria com o Tribunal de Justiça de Rondônia TJ-RO

Elaboração de minuta de convênio para a realização de projetos de regularização fundiária em núcleos urbanos informais.

Comitê Interinstitucional de Regularização Fundiária COIREF-RO

Participação na análise da minuta do projeto de lei sobre a destinação de terras públicas arrecadadas.

Cooperação com o INCRA-RO

Desenvolvimento de um sistema automatizado de geração de relatórios sobre a situação fundiária e ambiental de cada Unidade de Conservação do estado.

Termos de Ajustamento de Gestão-TAG

Continuidade das ações previstas nos TAGs celebrados com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental - SEDAM e a Secretaria de Estado de Patrimônio e Regularização Fundiária - SEPAT, incluindo a proposta de capacitação na temática fundiária.

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

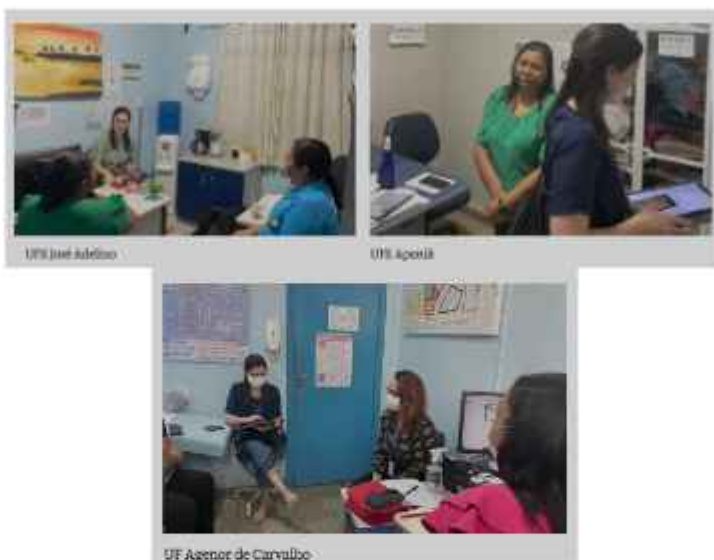
EIXO Saúde

Avaliação da Qualidade da Atenção Pré-Natal

O projeto Avaliação da Qualidade da Atenção Pré-Natal no Estado de Rondônia seguiu para a segunda fase nas Unidades Básicas de Saúde - UBSs da zona urbana de Porto Velho - RO, nos dias de 15 a 19 de julho de 2024. A metodologia utilizada abordou um trabalho qualitativo com os gestores e equipes de trabalho das UBSs que atendem as gestantes, com a realização de avaliação da infraestrutura para o atendimento.

As UBSs dos municípios são portas de entrada para o pré-natal com o intuito de assegurar uma gestação segura e o seu desenvolvimento saudável, permitindo um parto com menores riscos para a mãe e o bebê (Brasil, 2024)¹. Todo o acompanhamento deve ser humanizado e qualificado, independente da condição da mãe, como ocorre com os casos de gestação de alto risco, o cuidado deve ir além do período gestacional, na fase do puerpério e o neonato (Brasil, 2006)².

O trabalho de campo ocorreu em 17 Unidades de Saúde de Família - USFs, onde atuam equipes de estratégia de saúde da família e 2 UBSs que realizam demandas espontâneas de atendimento. Todas as unidades e áreas de cobertura estão descritas na tabela seguinte.



Nota (1): BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde de A - Z. Pré-Natal. Acesso em 01 de outubro de 2024. [Nas medidas de cobranças, além das quitações (61) e parcelamentos (46) inclui-se também "Informações de pagamento" (2), R\$ 2.430,00.]

(2): BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Saúde de A - Z. Pré-Natal. Acesso em 01 de outubro de 2024. [<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/g/gravidez/pre-natal>]

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

Tabela 6: Unidades de Saúde de Família - USF e área de abrangência.

| DESCRIÇÃO | ÁREA DE COBERTURA |
|------------------------------|---|
| USF Agenor de Carvalho. | Agenor de Carvalho, Lagoa, Nova Porto Velho, Lagoinha. |
| USF Aponiã. | Aponiã, Planalto 1. |
| USF Caladinho. | Caladinho, Conjunto Mamoré, Conjunto Guaporé, Conjunto Tucuruí, Parte do Castanheira. |
| USF Castanheiras. | Castanheiras. |
| USF Ernandes Coutinho. | Cuniã, Igarapé, Escola de Polícia, Teixeiraó. |
| USF Hamilton Raulino Gondim. | JK I e II, Tiradentes, Três Marias, Tancredo Neves I e II. |
| USF José Adelino da Silva. | Ulisses Guimarães, Marcos Freire 1 e 2, Ronaldo Aragão e Ayrton Senna. |
| USF Mariana. | Mariana 1 e 2, São Francisco. |
| USF Nova Floresta. | Novo Horizonte, Eletronorte, Areia Branca, Conceição. |
| USF Osvaldo Plana. | Areá, Tucumanzal, Vila Tupy, Mato Grosso, Roque, Santa Bárbara, Mocambo. |

Fonte: SEPEPP.

Resultados da Avaliação e Recomendações

Os instrumentos avaliativos utilizados na segunda fase do projeto foram o termo de consentimento e o questionário por meio do aplicativo *KoboToolbox*, tendo os pontos detalhados: gestor e unidade de saúde; equipe; atendimento à gestante; estratificação de risco da gestante; exames e sistema de regulação; imunização; avaliação da infraestrutura.

Ao final dos trabalhos houveram reuniões para tratar os principais problemas. Aqueles mais urgentes foram examinados com a Secretaria Municipal de Saúde - SEMUSA. Bem como, outros foram detectados, como a ausência de um sistema de gestão unificado para a Unidade de Saúde - US, para que o gestor possa acompanhar a evolução dos atendimentos e direcioná-los aos responsáveis para que entendam e solucionem as melhorias necessárias para a unidade.

Uma questão de destaque são as infraestruturas inadequadas, algumas unidades sem identificação, paredes com mofo e sem pintura adequada, tornando o ambiente insalubre para quem trabalha e quem é atendido. O ACT com a Fundação Oswaldo Cruz FIOCRUZ-RO já está em andamento com o objetivo de coletar informações importantes das gestantes, além de um trabalho prático de diagnóstico referente a uma das principais bactérias causadoras de complicações materno infantil.

Na próxima tabela estão evidenciados os problemas, dificuldades e sugestões.

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

Tabela 7: Descrição dos problemas, dificuldades e sugestões.

| PROBLEMA | DIFICULDADE | SUGESTÃO DE SOLUÇÃO |
|--|--|--|
| Gestores de Unidades de Saúde inexperientes e sem formação em saúde ou especialização em gestão de saúde/hospitalar. | Contratação sem critérios; Profissionais experientes não aceitam o cargo de gestão em unidades básicas de saúde por entenderem que as gratificações são baixas. | Estabelecer critérios para contratação com uniformidade para gestores de unidades; Garantir que gestores recebam capacitação em atenção básica e hospitalar, além de estabelecer planos de metas e resultados; Priorizar profissionais da saúde e com o mínimo de 5 anos de experiência no Sistema Único de Saúde - SUS. |
| Número de equipes de saúde da família nas Unidades de Saúde - US não são suficientes para atender a demanda da população. | A média recomendada de atendimento por equipes de saúde é de 3000 pessoas, no máximo 4000. Toda população deve ser cadastrada pelas equipes de saúde, que geralmente representam o entorno referente à UBS. Muitas populações não cadastradas e com a necessidade de atendimento são atendidas. Ao longo do tempo o número de população por equipe foi aumentando, com isso o processo de trabalho precisa ser repensado. | Aumentar o número de UBS e consequentemente de equipes de saúde da família para cadastrar e atender as populações que atualmente estão fora da área de cobertura. |
| Exames de laboratório e exames de imagem (ultrassonografia) não são priorizados para as gestantes nas Unidades Básicas de Saúde - UBS. | Ausência de kit diagnóstico para a realização de exames. A gestante colhe sangue, mas nem todos os resultados solicitados pela equipe são disponibilizados; Ausência de exames, como: urocultura e antibiograma; Ausência de teste de Proteinúria para gestantes; Todos estes exames podem diagnosticar infecções ao longo da gestação, mesmo silenciosa, que venham a melhorar a conduta da equipe de saúde e a qualidade do pré-natal; Ultrassonografia passa pela regulação sem priorizar as gestantes. | Priorizar os exames de laboratório para as gestantes, criar uma etiqueta ou outro método que internamente se entenda que é um exame para gestante, todos os exames solicitados são de prioridade para o pré-natal e algumas doenças necessitam de resultado precoce para não passar para o feto e garantir a qualidade do pré-natal; Os exames de urina para as gestantes, deverão vir acompanhados de urocultura e antibiograma obrigatoriamente. É necessário que o sistema de regulação (não somente o sistema, mas quem faz a gestão da regulação) priorize a gestante para a realização de todas as ultrassonografias necessárias conforme o trimestre gestacional. |

Fonte: SEPEPP.

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

EIXO Educação

Como resultados do programa de alfabetização, o TCERO tem induzido melhorias nos seguintes aspectos:



Organização e análise de dados;



Criação de Painéis Gerenciais;



Avaliação Diagnóstica;



Definição de Currículo e de concepção de alfabetização;



Definição das Diretrizes Estratégicas;



Formação Continuada;



Monitoramento e Avaliação de Resultados.



Indução para a efetividade de Políticas Públicas

PROGRAMA DE APRIMORAMENTO DA POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA - PAIC

Diversos projetos e ações foram promovidos no eixo da educação em parceria com as redes públicas, como a realização da terceira edição da Avaliação Diagnóstica da Alfabetização beneficiando mais de 30 mil estudantes de todos os municípios. Assim como a realização das formações continuadas e visitas técnicas para a implantação do Sistema PAIC de Acompanhamento das Aprendizagens, com a iniciação do Projeto Piloto Central de Vagas para a Educação Infantil.

- Local de realização: 52 municípios do estado.
- Quantidade de profissionais capacitados: aproximadamente 3.000.
- Redes de ensino: municipais e estadual em educação pública.
- Temas abordados: importância do movimento para a aprendizagem da criança, o desenvolvimento da consciência fonêmica, o desenvolvimento do princípio alfabético, a aprendizagem da leitura de palavras, o uso de vídeo como ferramenta pedagógica e educação antirracista.

Tabela 8: Dados das formações presenciais.

| BLOCO/MUNICÍPIO | PERÍODO/LOCAL | ALCANCE |
|---|--|---|
| Porto Velho. | Período de 9 a 11 do mês de setembro de 2024. | Mais de 120 profissionais visando fomentar as discussões sobre o percurso da formação em alfabetização previsto para 2024. A rede de Porto Velho formou mais de 860 professores a partir dessas formações oferecidas pela consultoria do TCERO. |
| Bloco I - Alto Paraíso, Ariquemes, Cujubim, Itapuã do Oeste, Monte Negro, Rio Crespo, Cacaullândia, Bunitis, Campo Novo, Candeias, Machadinho d'Oeste e Vale do Anari. | Período de 9 a 13 do mês de setembro no Polo Ariquemes. | Mais de 470 profissionais dos municípios que compõem o Bloco. |
| Bloco II - Alta Floresta, Alto Alegre, Cacoal, Castanheiras, Espigão D'Oeste, Ministro Andreazza, Novo Horizonte do Oeste, Parecis, Pimenta Bueno, Primavera de Rondônia, Rolim de Moura, Santa Luzia d'Oeste e São Felipe d'Oeste. | Período de 16 a 20 e no dia 30 do mês de setembro no Polo Pimenta Bueno. | Mais de 750 educadores dos municípios que compõem o Bloco. |
| Bloco III - Governador Jorge Teixeira, Jaru, Ji-Paraná, Mirante da Serra, Nova União, Duro Preto d'Oeste, Presidente Médici, Teixeiraópolis, Theobroma, Urupá e Vale do Paraíso. | Período de 16 a 20 do mês de setembro de 2024 no Polo Ji-Paraná. | Atendimento de 650 profissionais da educação dos municípios. |

Fonte: SEPEPP.

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

CAPACITAÇÃO DE PROFISSIONAIS E IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMAS

É essencial abordar as práticas pedagógicas de leitura, escrita e oralidade na Educação Infantil para preparar as crianças para o sucesso no ambiente escolar. Quando os educadores compreendem a importância desses temas e o papel da consciência fonológica no desenvolvimento da linguagem, eles estão mais bem equipados para criar experiências de aprendizado significativas e eficazes.

O +PAIC, com o seu foco em escolarização na primeira infância, reforça essa importância, buscando capacitar os profissionais da educação para que possam oferecer uma base educacional sólida e inclusiva desde os primeiros anos de vida escolar das crianças.

Período: 14 e 15 de setembro de 2024.
Local de Realização: Ariquemes.
Quantidade e Tipo de Profissionais Capacitados: - 50 -
Supervisoras(as), gestores(as) escolares e lideranças do Programa nas redes municipais pactuadas.

Temas Abordados: Teorias de aprendizagem e desenvolvimento infantil (Etapas do desenvolvimento cognitivo, emocional, social e físico das crianças em idade pré-escolar e a importância de um currículo integrado que inclua atividades que envolvam linguagem, matemática, ciências, artes, música, movimento, e atividades sociais e emocionais).



Ambiente de Aprendizagem Inclusivo

Sala de aula com crianças diversas e iguais em atividades de aprendizagem, em um ambiente acolhedor e seguro.



Formação de Professores

Sessão de treinamento de professores com foco em práticas pedagógicas inovadoras e colaborativas em um ambiente seguro e acolhedor.



Gestão Orientada a Resultados

Implementação de práticas pedagógicas inovadoras e colaborativas, com foco em resultados.

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

VISITA TÉCNICA AS REDES PARA O MONITORAMENTO DO SISTEMA PAIC E O ACOMPANHAMENTO DAS APRENDIZAGENS

Tabela 9: Dados das visitas técnicas.

| MÊS/ANO | MUNICÍPIOS VISITADOS | OBJETIVOS DAS VISITAS | AÇÕES IDENTIFICADAS/REALIZADAS |
|------------------------|--|---|--|
| JULHO A SETEMBRO 2024. | Pimenteiras, Cerejeiras, Cabixi, Vilhena, Campo Novo, Vale do Anari, Theobroma, Corumbiara e Jarú. | <p>Orientar equipes municipais sobre a utilização de dados do sistema para acompanhar resultados e aprimorar o <i>feedback</i> pedagógico aos professores;</p> <p>Avaliar o ambiente educacional, verificar o cumprimento das políticas educacionais do PAIC, identificar possíveis áreas de melhoria em todas as escolas, observar as instalações físicas, organização da sala de aula e interação entre professores e alunos.</p> | <p>Capacitações e treinamentos para gestores escolares;</p> <p>Ações para promover reforço escolar para crianças com rendimento abaixo do parâmetro esperado de aprendizagem, atividades de conscientização sobre igualdade e respeito às diferenças, uso dos cadernos de alfabetização do PAIC em todas as turmas de 1º ano e para alunos não alfabetizados nas turmas de 2º e 3º anos.</p> |

Fonte: SEPEPP.

GESTÃO ORIENTADA A RESULTADOS E FORMAÇÕES ADICIONAIS

O projeto Gestão Orientada a Resultados tem o objetivo de fortalecer os processos de melhoria da aprendizagem nas redes municipais. Iniciado no município de Jarú possui o propósito de apoiar os gestores da educação (incluindo a equipe central e as escolas) no desenvolvimento e implementação de processos, definição de metas de aprendizagem, avaliação e acompanhamento de resultados, política de incentivos e seleção de diretores, dentre outros.

A meta é alcançar todas as redes de ensino no território de Rondônia até o final de 2025. Jarú foi escolhido como o município piloto, após o Gabinete da Prefeitura manifestar formalmente interesse em aderir à iniciativa.

O governo municipal comprometeu-se a promover a melhoria da aprendizagem e garantir uma educação completa e de qualidade.

Entre os dias 18 e 23 de agosto ocorreram visitas técnicas às escolas do município. Gestores, professores e supervisores escolares receberam suporte na área de alfabetização, objetivando fortalecer a coordenação e supervisão das práticas pedagógicas.

Orientações foram oferecidas para garantir que os professores utilizem métodos eficazes e atualizados no ensino da leitura e escrita, assegurando uma educação de qualidade para as crianças.

Indução para a efetividade de Políticas Públicas

A formação com os Articuladores Regionais do Programa de Alfabetização foi realizada com o objetivo de capacitar os profissionais envolvidos na implementação e acompanhamento das ações voltadas à alfabetização nas diversas regiões de Rondônia.

O foco do evento foram as boas práticas pedagógicas surgidas com o PAIC que favorecem a alfabetização plena das crianças, alinhadas com as metas estabelecidas pelas políticas educacionais nacionais e estaduais. Passo importante na capacitação e no alinhamento de ações para o sucesso do programa.

A troca de experiências e o conhecimento adquirido serão fundamentais para fortalecer a alfabetização nas diversas regiões do estado, contribuindo para o desenvolvimento de uma educação mais inclusiva e eficiente.

O sucesso da formação reforça a importância de encontros regulares e de uma rede colaborativa para garantir a continuidade e evolução das práticas de alfabetização.

1

Acompanhamento do Programa de Alfabetização do Estado de Rondônia PROALFA

O TCERO tem sido parceiro da Secretaria Estadual de Educação - SEDUC no desenho e implementação da política de colaboração com os municípios, para alavancar os resultados de alfabetização em todo território.

Inúmeras medidas de apoio técnico e financeiro estão sendo adotadas pela SEDUC para fortalecer as políticas dos anos iniciais do ensino fundamental.

2

Monitoramento e Acompanhamento

Para garantir que todas as medidas sejam efetivamente implementadas, o TCERO iniciou processos de monitoramento e acompanhamento da implementação do PROALFA.

Esse trabalho consiste em verificar periodicamente se as atividades estão sendo executadas dentro dos prazos previstos para garantir que tudo se desenvolva de forma adequada.

3

I Seminário do Sistema de Avaliação Educacional de Rondônia SAERO

Realizado no dia 9 de agosto de 2024, no município de Campo Novo, em parceria com a Secretaria Municipal de Educação de Campo Novo.

O evento foi dedicado à discussão, avaliação e fortalecimento das práticas de ensino e aprendizagem na rede municipal de educação do município.



GESTÃO DE PESSOAS

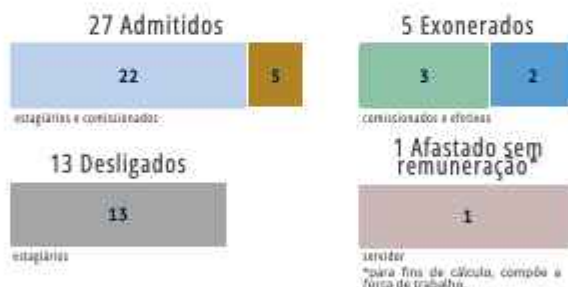
Gestão de Pessoas

Força de Trabalho

O TCERO possui 621 colaboradores ativos - entre efetivos, comissionados, bolsistas e estagiários de nível superior e de pós-graduação. Desse total, 3 estão cedidos para outros órgãos e 5 afastados sem remuneração.



NESTE TRIMESTRE, HOUVE 27 ADMISSÕES, 5 EXONERAÇÕES, 13 DESLIGAMENTOS E 1 AFASTAMENTO SEM REMUNERAÇÃO



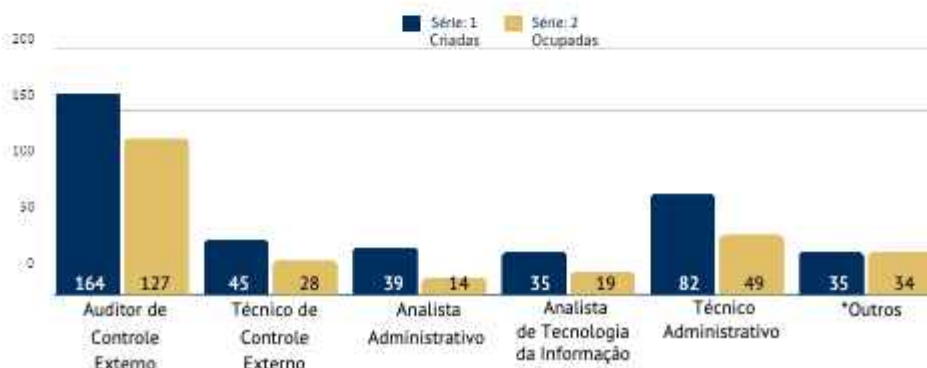
Fonte: SEGES/DIFOP.

Gestão de Pessoas

Cargos Efetivos Ocupados

A relação quantidade de vagas previstas em lei e ocupadas está representada no gráfico abaixo.

Gráfico 13 – Vagas criadas x ocupadas referente ao quadro de servidores efetivos.



Em extinção: (*).

Fonte: Departamento de Administração, Seleção e Desenvolvimento de Pessoal - DASP/SEGESP.

Abaixo, o gráfico mostra a proporção de cargos efetivos ocupados, considerando todas as carreiras.

Gráfico 14 - Proporção de cargos efetivos ocupados x carreira.



Fonte: Departamento de Administração, Seleção e Desenvolvimento de Pessoal - DASP/SEGESP.

Gestão de Pessoas

Ações Educacionais

No trimestre, a Escola Superior de Contas - ESCON disponibilizou **195 ações educacionais** aos servidores do TCERO e jurisdicionados, com o equivalente a **1.768h/a horas-aula** de estudo, permitindo a efetiva certificação de **2.253 representantes dos jurisdicionados e servidores**.

Servidores do TCERO



180 eventos.



62,45% de participação.



Das 160 competências - matriz de competência do TCERO, 140 foram atendidas nos cursos.

Tipos de ações educacionais



2 congressos - 132 cursos
16 encontros técnicos
2 fóruns - 14 oficinas
2 palestras - 3 seminários
2 conferências - 1 webnário.

Jurisdicionados



13 eventos.

Gestão de Pessoas

Ações Educacionais

PRINCIPAIS ÁREAS TEMÁTICAS E QUANTIDADES DE EVENTOS



133 eventos
9 temas

Desenvolvimento e Programação - 38 Governança - 11
Controle Externo e Sistema Nacional de Controle Externo - 9
Análise e Ciência de Dados - 21 Comunicação - 7
Integridade e Combate a Corrupção - 6
Auditoria e Fiscalização - 9
Inteligência Artificial IA - 24
Desenvolvimento Comportamental - 8

EVENTOS POR COMPETÊNCIAS

21 Desenvolvimento de Sistemas
15 Gestão de Projetos
15 Gestão de Riscos - 16 Comunicação
28 Análise Orientada a Dados
11 Gestão de TIC - 21 Ferramentas de BI
20 Inteligência Artificial - 15 Auditoria Interna
19 Análise de Dados



10 Tipos

MODALIDADE

108 **87**
EAD PRESENCIAIS

MOTIVAÇÃO

24 **29**
DEMANDAS EMERGENTES PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO
1 **142**
ACHADOS DE AUDITORIA DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL



GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Gestão de Orçamentária

Execução LOA - 2024 (UG. Tribunal de Contas)

A Lei Orçamentária Anual - LOA 2024 consignou ao TCERO R\$ 296.225.505,00 (duzentos e noventa e seis milhões, duzentos e vinte e cinco mil e quinhentos e cinco reais), incluindo o orçamento fiscal e da seguridade social. Em comparação com o exercício anterior (2023) houve um aumento de R\$ 50.659.918,00 (cinquenta milhões, seiscentos e cinquenta e nove mil, novecentos e dezoito reais) na dotação orçamentária, representando um percentual de aproximadamente 20,63%.

O valor total empenhado acumulado é de R\$ 210.001.515,62 (duzentos e dez milhões, um mil, quinhentos e quinze reais e sessenta e dois centavos) e o valor liquidado total acumulado é de R\$ 184.522.585,15 (cento e oitenta e quatro milhões, quinhentos e vinte e dois mil, quinhentos e oitenta e cinco reais e quinze centavos), representando respectivamente 70,90% e 62,30% do total da dotação orçamentária.

Já em relação à *performance* da execução das dotações, as despesas empenhadas aumentaram 35,90% e as liquidadas aumentaram 38,40%, conforme o gráfico comparativo abaixo.

Gráfico 15 - Execução LOA 2023 x 2024.

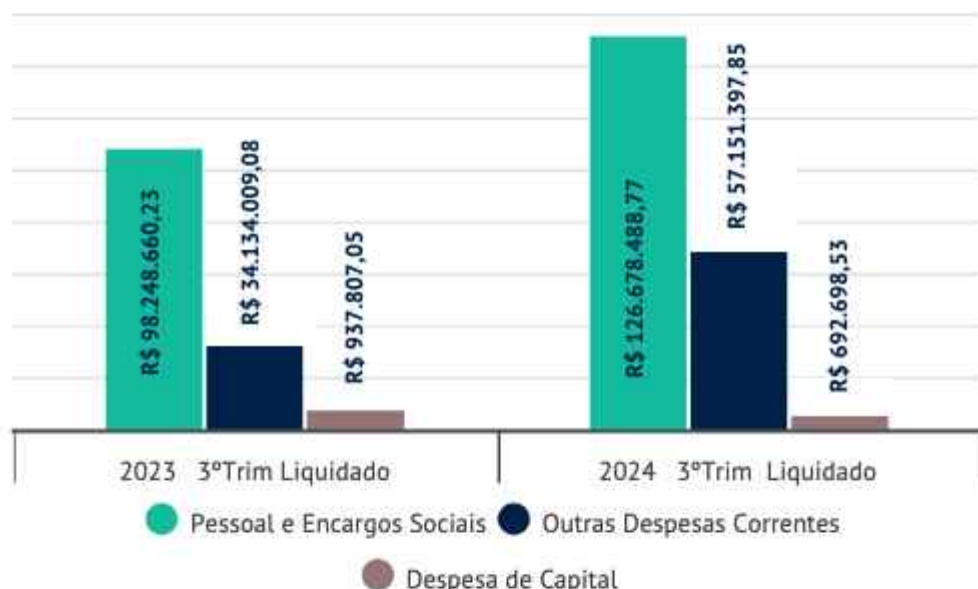


Gestão de Orçamentária

Execução por Categoria Econômica

A maior despesa do TCERO é com pessoal e encargos sociais. O valor empenhado acumulado para essas despesas somam R\$ 126.689.376,97 (cento e vinte e seis milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, trezentos e setenta e seis reais e noventa e sete centavos), sendo liquidado 99,98% (R\$ 126.678.488,77) do total empenhado.

Gráfico 16 - Execução por categoria econômica.



Fonte: SEINFRA.



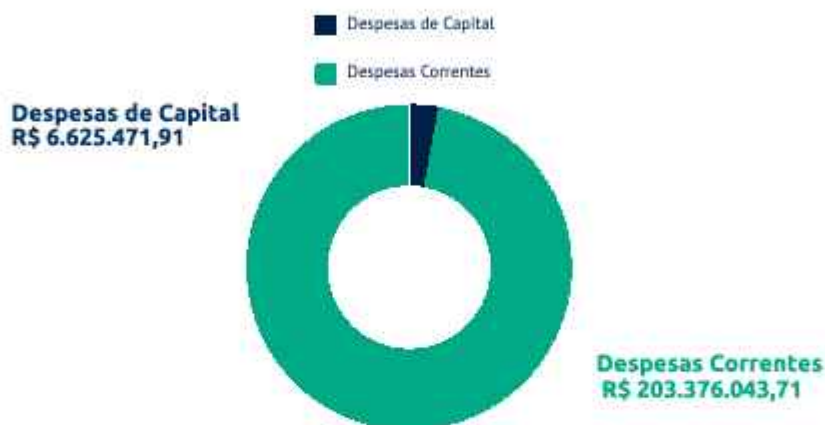
Gestão Orçamentária

Execução por Categoria Econômica

Em relação às categorias econômicas da despesa o TCERO empenhou R\$ 203.376.043,71 (duzentos e três milhões, trezentos e setenta e seis mil, quarenta e três reais e setenta e um centavos) referente a despesa corrente.

Desse montante, R\$ 126.689.376,97 (cento e vinte e seis milhões, seiscentos e oitenta e nove mil, trezentos e setenta e seis reais e noventa e sete centavos) foram destinados ao custeio de pessoal e encargos sociais, e R\$ 76.686.666,74 (setenta e seis milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, seiscentos e sessenta e seis reais e setenta e quatro centavos) para outras despesas correntes.

Já para a categoria econômica despesas de capital foram empenhados o montante de R\$ 6.625.471,91 (seis milhões, seiscentos e vinte e cinco mil, quatrocentos e setenta e um reais e noventa e um centavos).



Gestão Orçamentária

Execução por Restos a Pagar

O saldo total dos Restos a Pagar Processados e Não Processados para o exercício de 2024 foi de R\$ 17.123.020,22 (dezessete milhões, cento e vinte e três mil, vinte reais e vinte e dois centavos).

Desse total, foram pagos R\$ 12.637.943,52 (doze milhões, seiscentos e trinta e sete mil, novecentos e quarenta e três reais e cinquenta e dois centavos) e cancelados R\$ 1.094.831,21 (um milhão, noventa e quatro mil, oitocentos e trinta e um reais e vinte e um centavos), restando um saldo a pagar de R\$ 3.390.245,49 (três milhões, trezentos e noventa mil, duzentos e quarenta e cinco reais e quarenta e nove centavos) e sendo R\$ 23,00 (vinte e três reais) de restos processados a pagar.



Gestão Orçamentária

Limite de Gastos com Pessoal

Seguem os dados dos últimos três quadrimestres, sendo o 3º referente ao exercício de 2023 e os 1º e 2º referentes a 2024. Neles é possível verificar que o Tribunal de Contas do Estado de Rondônia respeitou os limites estabelecidos pela Lei Complementar n. 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), sendo que os valores gastos com pessoal se situaram em **R\$ 110.177.207,68 (cento e dez milhões, cento e setenta e sete mil, duzentos e sete reais e sessenta e oito centavos)** e a **Receita Corrente Líquida - RCL** do Estado de Rondônia no valor de **R\$ 13.715.017.261,99 (treze bilhões, setecentos e quinze milhões, dezessete mil, duzentos e sessenta e um reais e noventa e nove centavos)**, ou seja, significando 0,80% nessa relação.

Esse comportamento das despesas com pessoal com relação à RCL vem sendo observado ao longo dos 3 últimos quadrimestres, o que indica que o TCERO está, rigorosamente, obedecendo aos ditames da LRF em seu Art. 20 e Incisos, conforme se observa a seguir:

Gastos com Pessoal nos últimos 3 quadrimestre

| | | | |
|---------------|-----------|-------------|---|
| 2º Quad./2024 | 03 | 0,80 | R\$ 110.177.207,68 - Gasto com Pessoal R\$ 13.715.017.261,99 - RCL |
| 1º Quad./2024 | 02 | 0,81 | R\$ 105.936.900,80 - Gasto com Pessoal R\$ 13.124.505.108,33 - RCL |
| 3º Quad./2024 | 01 | 0,80 | R\$ 99.606.180,93 - Gasto com Pessoal R\$ 12.547.484.249,81 - RCL |

Limite Máximo **1,04**

Limite Prudencial **0,99**

Limite Alerta **0,94**

Gestão Orçamentária

Execução LOA - 2024 (UG. Fundo de Desenvolvimento Institucional)

A Lei Orçamentária Anual - LOA 2024 consignou ao Fundo de Desenvolvimento Institucional - FDI/TCERO R\$4.789.000,00 (quatro milhões e setecentos e oitenta e nove mil reais). Em comparação com o exercício anterior (2023) houve um aumento de R\$1.889.000,00 (um milhão e oitocentos e oitenta e nove mil reais) na dotação orçamentária, representando um percentual de aproximadamente 65,14% de incremento de um exercício para o outro. O valor total empenhado acumulado é de R\$ 462.967,02 (quatrocentos e sessenta e dois mil, novecentos e sessenta e sete reais e dois centavos) e o valor liquidado acumulado foi de R\$ 347.847,02 (trezentos e quarenta e sete mil, oitocentos e quarenta e sete reais e dois centavos), representando respectivamente 9,67% e 7,26% do total da dotação orçamentária.

Já em relação à *performance* da execução das dotações, as despesas empenhadas aumentaram aproximadamente 59,07% e as liquidadas em torno de 20,60%.

Gráfico 17 - Execução LOA 2023 x 2024 (FDI).



Fonte: SEINFRA.

Gestão Orçamentária

Execução por Categoria Econômica

Em relação às categorias econômicas da despesa o FDI/TCERO empenhou R\$ 462.967,02 (quatrocentos e sessenta e dois mil, novecentos e sessenta e sete reais e dois centavos) referentes às despesas correntes, destinados ao custeio de outras despesas correntes. Já para a categoria econômica despesas de capital foram empenhados o montante de R\$ 21.764,53 (vinte e um mil, setecentos e sessenta e quatro reais e cinquenta e três centavos), contudo esses empenhos foram cancelados no 3º trimestre de 2024.



Sociedade

Educação

Efetividade

Transparência
Gestão

Auditoria

Acompanhamento

Impacto

Sustentabilidade

Governança